

Município de Santa Comba Dão

ANO FISCAL DE 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Executivo

O Ano de 2011 ficou marcado pelo agudizar da crise financeira internacional com especial incidência nos Países do Sul da Europa, entre os quais Portugal. A situação degradou-se de forma tão grave, que há cerca de um ano, o Governo de então, se viu obrigado a solicitar a intervenção externa de modo a assegurar o financiamento do próprio Estado e evitar a Banca rota. Assim, deste modo, Portugal está sujeito, desde Abril de 2011, a um Plano de Ajustamento Financeiro, constituído por um empréstimo no montante de 78 mil milhões de euros, que são enviados em tranches até 2014, consoante se vai comprovando nas avaliações trimestrais feitas pelas entidades credoras, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, o cumprimento de um conjunto de medidas de austeridade e de reformas estruturais que nos coloquem em condições de crescimento económico e de equilíbrio financeiro, perspectivando-se o retorno ao financiamento através do mercado normal, em Setembro de 2013.

O ano de 2011 foi também o ano em que assistimos à eleição, em Junho, de um novo Governo e à implementação de um conjunto alargado de medidas que introduzem novas regras a todos os intervenientes na economia, em especial a todo o sector do Estado, nomeadamente as autarquias e o Sector Empresarial Local.

A Câmara Municipal de Santa Comba Dão, desde 2010 que tinha vindo a fazer um percurso no sentido de ir ao encontro da necessidade de ajustar a sua estrutura de custos aos proveitos, com objectivo de atingir o equilíbrio financeiro no ano de 2016, tal como se tinha comprometido no Plano de Saneamento Financeiro Reformulado, apresentado e aprovado na Assembleia Municipal em Setembro de 2010.

As medidas de diminuição da despesa começaram a ter reflexos logo no início do ano de 2011, e comportaram-se tal como se esperava durante o resto do ano. No entanto, a receita, que se pretendia manter aos níveis de 2010, não teve, infelizmente, o comportamento desejado, à custa de uma grande redução dos Impostos Locais, nomeadamente o IMT e das Transferências do Estado, tendo em consideração que, além das penalizações sofridas em resultado da violação dos limites de endividamento, se assistiu a uma redução das verbas do FEF. A conjuntura económica adversa foi ainda responsável pela importante diminuição das receitas provenientes da Venda de Bens e Serviços Correntes e da Venda de Bens de Investimento, que, no seu conjunto, representaram cerca de 776.000 euros. É, pois, pertinente apresentar os Quadros da Execução Anual da Despesa e da Receita, onde se podem comparar os valores de 2011 com 2010, evidenciando-se deste modo o que atrás foi referido, em contraponto com a Análise Orçamental que constituirá o segundo ponto deste relatório, para que se possa aferir o desempenho anual sem a dívida transitada.

Evolução 2010/2011

RECEITA

CLAS	DESIGNAÇÃO	VALOR		EVOL (%)	Final 2010	diferença
		2011	2010			
01	Impostos Directos	1.365.841,60 €	1.284.579,90 €	6,33%	1.284.579,90 €	-81.261,70 €
02	Impostos Indirectos	77.885,22 €	78.181,30 €	-0,38%	78.181,30 €	296,08 €
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	271.656,38 €	190.223,21 €	42,81%	190.223,21 €	-81.433,17 €
05	Rendimentos de Propriedade	324.418,06 €	323.011,27 €	0,44%	323.011,27 €	-1.406,79 €
06	Transferências Correntes	3.164.616,75 €	3.066.027,18 €	3,22%	3.066.027,18 €	-98.589,57 €
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	435.291,83 €	549.799,06 €	-20,83%	549.799,06 €	114.507,23 €
08	Outras Receitas Correntes	31.502,36 €	93.291,33 €	-66,23%	93.291,33 €	61.788,97 €
09	Venda de Bens de Investimento	60.175,50 €	774.400,25 €	-92,23%	774.400,25 €	714.224,75 €
10	Transferências de Capital	1.986.181,00 €	2.380.239,32 €	-16,56%	2.380.239,32 €	394.058,32 €
12	Passivos Financeiros	500.000,00 €	598.330,11 €	-16,43%	598.330,11 €	98.330,11 €
15	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.478,13 €	3.867,15 €	-61,78%	3.867,15 €	2.389,02 €
16	Saldo da Gerência Anterior	71.578,04 €	150.618,92 €	-52,48%	150.618,92 €	79.040,88 €
TOTAIS		8.290.624,87 €	9.492.569,00 €	-12,66%	9.492.569,00 €	1.201.944,13 €

Evolução 2010/2011

DESPESA

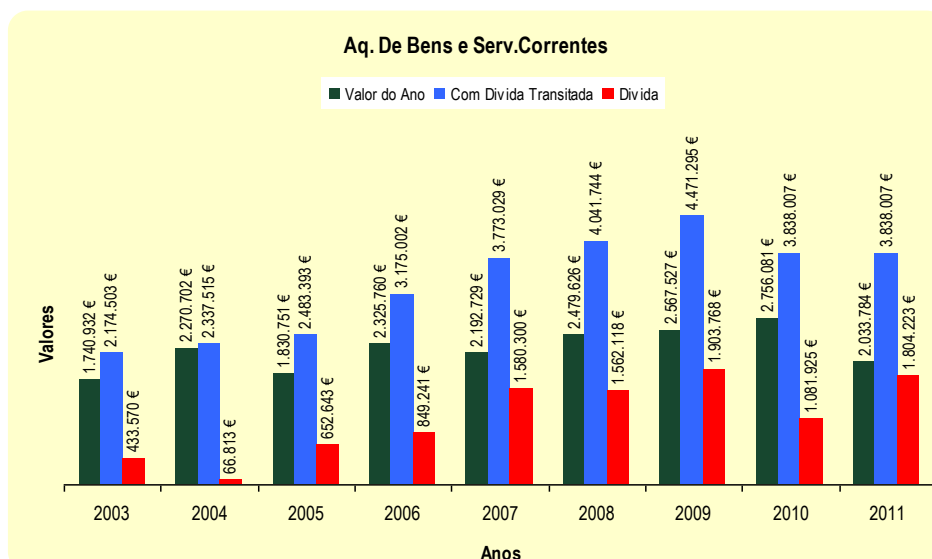
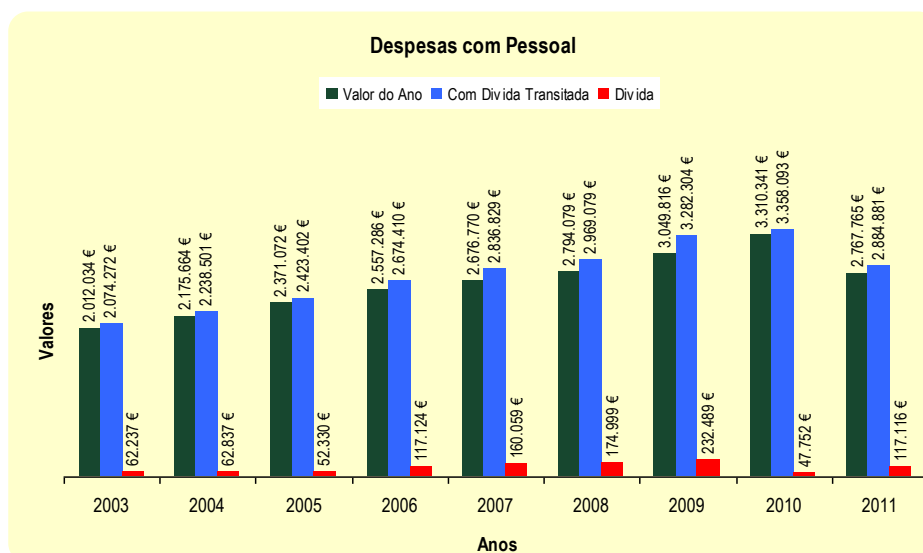
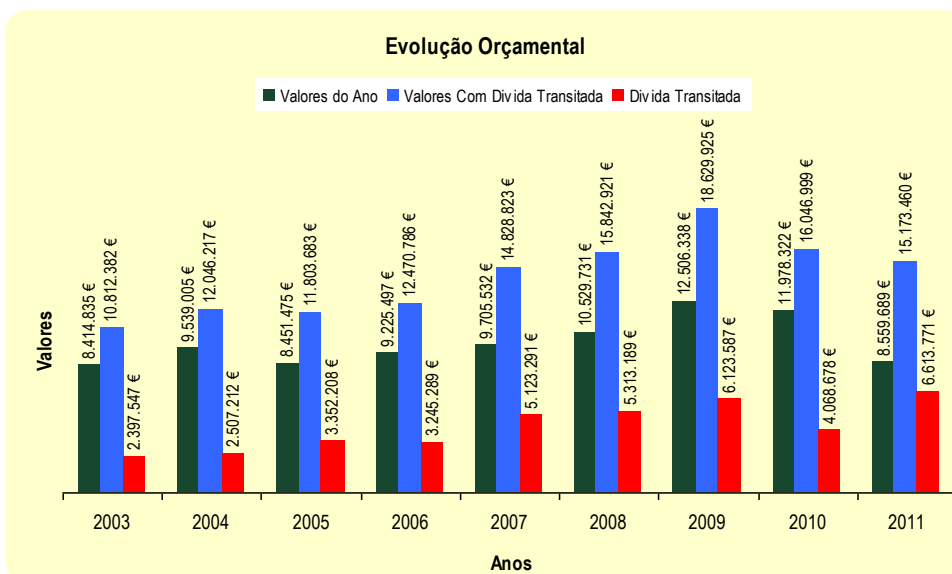
CLAS.	DESIGNAÇÃO	2011	2010	Diferença	Evol %
101	Assembleia Municipal	10.316,11 €	15.146,29 €	-4.830,18 €	-31,9%
201	Despesas com Pessoal	2.767.765,21 €	3.310.340,93 €	-542.575,72 €	-16,4%
202	Aquisição de Bens e Serviços	2.033.783,76 €	2.756.081,30 €	-722.297,54 €	-26,2%
204	Transferências Correntes	210.981,91 €	192.578,59 €	18.403,32 €	9,6%
205	Subsídios	417.000,00 €	337.968,84 €	79.031,16 €	23,4%
206	Outras Despesas Correntes	38.484,66 €	45.175,05 €	-6.690,39 €	-14,8%
207	Aquisição de Bens de Capital	1.682.790,57 €	3.807.854,45 €	-2.125.063,88 €	-55,8%
208	Transferências de Capital	438.109,95 €	177.651,82 €	260.458,13 €	146,6%
209	Activos Financeiros	1.500,00 €	0,00 €	1.500,00 €	#DIV/0!
303	Juros e Outros Encargos	455.255,78 €	316.532,66 €	138.723,12 €	43,8%
310	Passivos Financeiros	503.700,81 €	1.018.991,70 €	-515.290,89 €	-50,6%
TOTAIS		8.559.688,76 €	11.978.321,63 €	-3.418.632,87 €	-28,5%

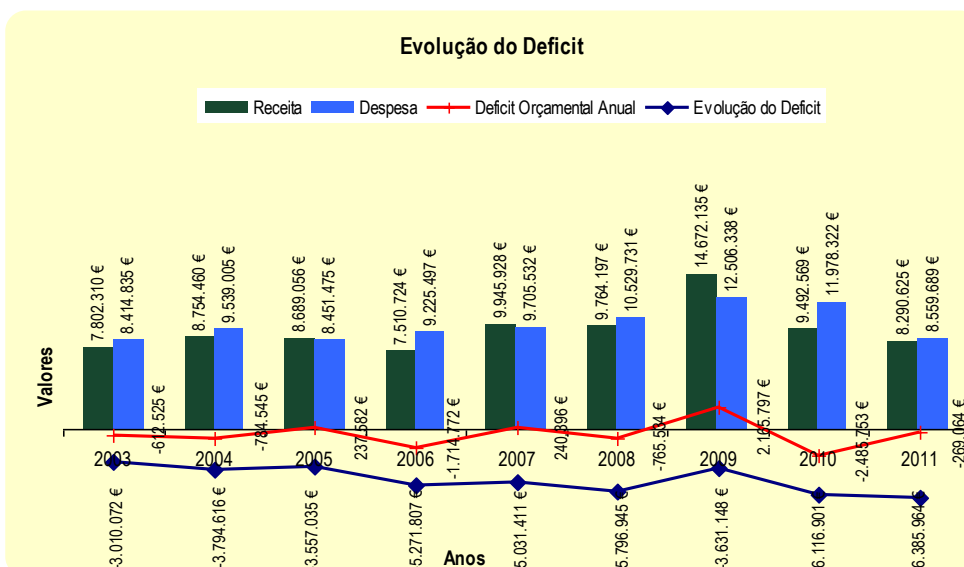
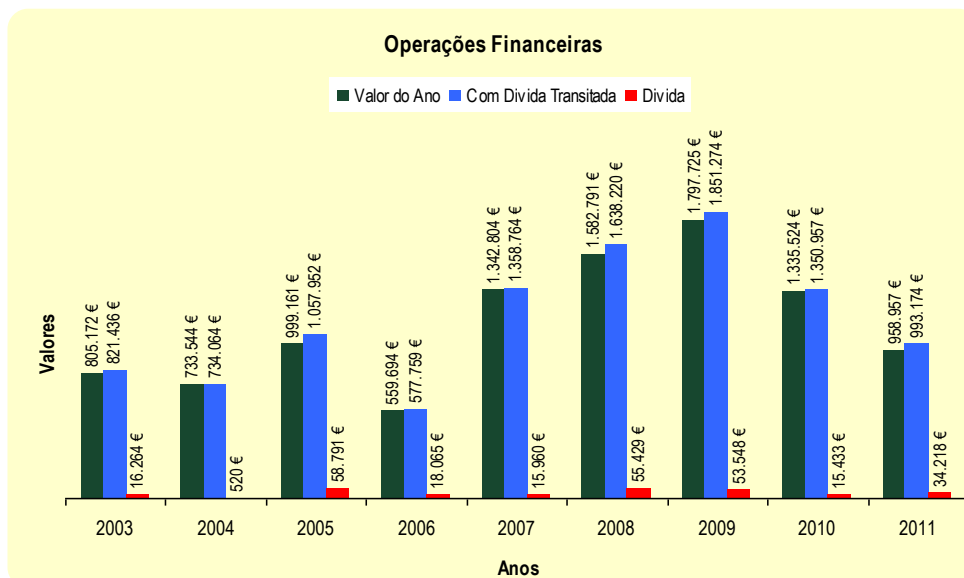
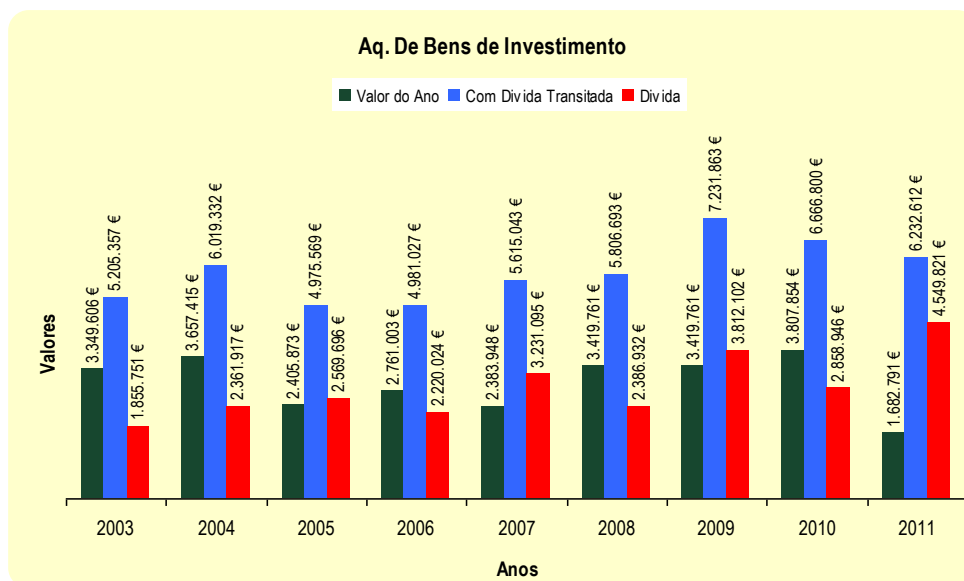
A tendência de diminuição da despesa que se vem verificando desde 2009, teve em 2011, o seu maior desempenho, podendo dizer-se que os resultados não são melhores em virtude da diminuição das receitas.

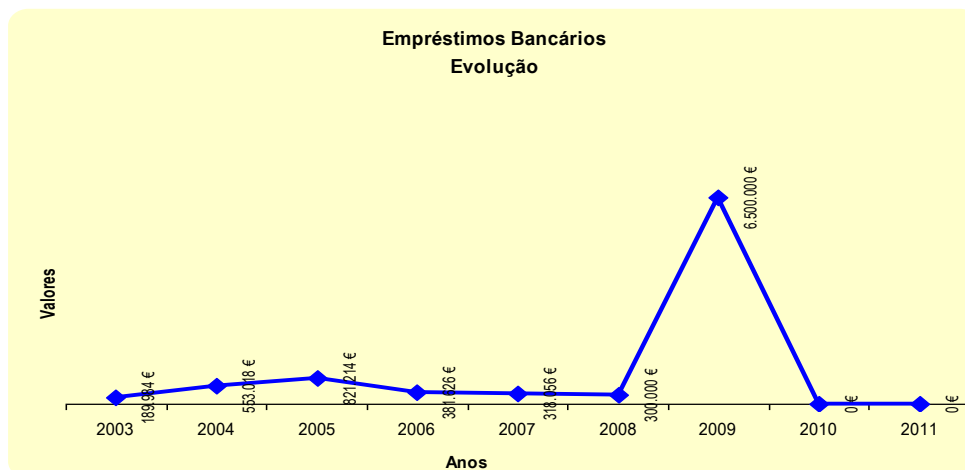
A seguir apresenta-se o relatório de Execução Orçamental, considerando os valores acumulados com a dívida transitada, que subiu substancialmente relativamente á que transitou de 2009 para 2010, tendo em conta que em 2009, a aplicação do empréstimo para Saneamento Financeiro permitiu essa diminuição.

Analisando os resultados do ano, verifica-se um saldo negativo entre as receitas e as despesas no valor de - 269.063,89 €, que, no entanto, considerando as Dívidas de Terceiros que somam o valor de 1.882.477,30 €, permite concluir que em termos anuais, resultará num saldo positivo de 1.613.413,41 €.

Para que se possa avaliar melhor o esforço que tem sido realizado nos últimos anos, apresentam-se gráficos comparativos.







Nota: Em 2009 foi contratado um empréstimo no valor de 6.500.000 euros no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, conforme previsto na Lei das Finanças Locais.

Em simultâneo com as preocupações financeiras, o executivo procurou manter um nível de actividade que não frustrasse as legítimas expectativas dos Santacombadenses. Assim, a par da inauguração da Ecopista do Dão, foram levadas a efeito algumas intervenções relevantes, tendo ficado concluídas as redes de saneamento das povoações de Anta – Vimieiro e de Vale Couço – Óvoa. Num ano de 2011 particularmente difícil para os funcionários do Estado onde se integram os trabalhadores das autarquias locais, não é despiciente realçar o magnífico desempenho da generalidade dos sectores municipais, desde os serviços externos cuja acção e actuação nem sempre é compreendida, aos serviços de apoio administrativo e de gestão, que perceberam as dificuldades que o Município está a passar, contribuíram decisivamente para a diminuição da despesa corrente anual.

Assim, 2011 foi o ano em que se aceleraram as intervenções em zonas urbanas degradadas com a demolição de habitações no Rojão Grande, na Gestosa, em Treixedo e em Nagozela. Os trabalhos urbanísticos levados a efeito pela **equipa de jardins** continuou a ser valorizado, quer nos locais mais visitados, quer ainda na Senhora da Ribeira, em Pinheiro de Ázere, local onde, cumulativamente, se disciplinou o estacionamento de veículos e se proibiu o acesso por viaturas ao espelho de água. As **equipas de construção civil** foram responsáveis pela construção dos sanitários da feira semanal e desenvolveram trabalhos significativos na reabilitação de casas nos bairros sociais, enquanto que as equipas mistas de construção civil e estradas, prosseguiram a execução de muros de suporte em alvenaria de granito em diversos locais públicos do concelho, nalguns casos cumprindo promessas de anteriores executivos, entre os trabalhos de menor visibilidade mas igualmente importantes para a vida do comum cidadão.

Os **estaleiros municipais**, no que se refere às **oficinas de serralharia, de carpintaria e mecânica**, tiveram um ano extremamente produtivo contribuindo decisivamente para a diminuição dos custos de manutenção e de prestação de serviços externos. De realçar os trabalhos da oficina de serralharia e da carpintaria que, em perfeita colaboração, criaram peças de mobiliário urbano de grande qualidade e beleza, ao mesmo tempo que deram resposta a várias situações urgentes. De forma a dar resposta ao aumento dos preços da electricidade pública (+21,5%), o serviço de electricidade, em colaboração com a EDP, levou a cabo um processo de redução de consumos na iluminação pública.

Quanto aos **serviços administrativos**, apesar da diminuição substancial do número de colaboradores, foram capazes de manter e melhorar a resposta aos cidadãos, com empenho e dedicação que não é demais acentuar, **na contabilidade**,

na tesouraria, nos aprovisionamentos, no atendimento ao público nos **sectores de obras e taxas e licenças, recursos humanos e secretariado**. Também os gabinetes específicos da Câmara Municipal, tiveram um importante papel na consolidação da qualidade e rapidez do serviço interno ou externo prestado, destacando-se pelo seu profissionalismo, demonstrando uma capacidade de intervenção que não é demais salientar:

- **Gabinete de Acção Social** – acompanhamento e intervenção próxima e directa à população a viver em situação de carência económica e/ou social no Concelho, funcionando como elo de ligação com outras estruturas e Instituições de cariz Concelhio e Regional com vista à resolução das situações problemáticas.
- **Gabinete de Planeamento e Urbanismo GPU** – Destaque para o apoio aos sectores produtivos do Município, elaboração de projectos, informações técnicas para o sector de obras particulares, apoio a Associações e Juntas de Freguesia e acompanhamento dos diversos Planos de Ordenamento em curso.
- **Gabinete do Investidor (GI)** – pró – actividade na procura das melhores soluções para os empresários instalados e os que se pretendem instalar e organização de sessões e jornadas ligadas ao empreendedorismo e emprego.
- **Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)** – contínuas novidades no sitio oficial do Município na Internet, apoio exemplar aos diversos serviços municipais e associações do concelho e acompanhamento e publicitação das actividades desenvolvidas no Concelho.
- **Gabinete Técnico (GT)** – implementação do projecto **SIG** – Sistema de Informação Geográfica em plena e estreita colaboração com o GPU e recolha e tratamento de dados para a Contabilidade de Custos (Analítica).
- **Gabinete Jurídico (GJ)** – desempenho assinalável tanto no apoio jurídico de suporte às decisões da Câmara Municipal, como na condução e redefinição do papel da fiscalização municipal, direccionando-o para acções mais preventivas do que punitivas, resultando daí um melhor serviço para os munícipes e para o Município.

O ano de 2011, foi também marcado por várias acções de formação para os Recursos Humanos, no âmbito de um projecto de Modernização Administrativa que ainda decorre, financiado pelo QREN e pela implementação de novos sistemas informáticos de apoio à gestão, podendo considerar-se hoje, que a Câmara Municipal de Santa Comba Dão está com mais de 80% de informatização de processos.

Nas áreas da cultura e do desporto, assinala-se a continuidade de um conjunto de actividades sazonais que mantêm uma apreciável dinâmica, pese embora alguns eventos tivessem sido repensados tendo em consideração a actual situação do País e do Município. Nestas áreas, assim como na gestão do Posto de Turismo, a Câmara Municipal conta com parcerias com a APEFDSCD – Associação de Profissionais de Educação Física e Desporto de Santa Comba Dão, com o Conservatório de Musica e Artes do Dão, com a Universidade Sénior de Santa Comba Dão e com as empresas municipais COMBANIMA – Espaços Municipais, EM e a sua Escola de Artes, e Profiacademus – Escola Profissional de Santa Comba Dão e o empenho da Biblioteca Municipal, cuja participação e liderança na Rede de Bibliotecas de Santa Comba Dão e no Plano Nacional de Leitura, tem dado frutos.

Considerado como um dos mais importantes sectores da Câmara Municipal, a Educação manteve um nível de prestação de serviços bastante positivo, sempre presente a actuante, para que os ciclos escolares decorressem sem sobressaltos, infelizmente comuns noutros concelhos da região.

Quanto à cooperação com entidades exteriores ao município e ao concelho, a Câmara Municipal mantém um assinalável

nível de protagonismo, pois participa através do seu presidente, nos conselhos de administração da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (*vogal*) e da Ecobeirão, EIM, SA (*presidente*), assim como nas Direcções da ADICES (*vogal*) e da CIM – Dão Lafões (*vice-presidente*), contribuindo de forma decisiva para o êxito destas entidades. É, pois, neste enquadramento que Santa Comba Dão assume um papel fundamental no desenvolvimento da Região, como parceiro e interveniente activo em todas as decisões de relevo para os cidadãos dos concelhos que as integram.

Perspectivas Futuras

O Orçamento do Estado para 2012, impõe um conjunto de medidas de controlo da despesa e da dívida dos municípios e do sector empresarial local, nomeadamente alterações à Lei das Finanças Locais, com maiores restrições no acesso ao crédito e obrigatoriedade de diminuição em 10% até ao final do ano das dívidas com maturidade superior a 90 dias.

No âmbito das exigências feitas pela troika, foi aprovada a lei dos compromissos – Lei 8/2012 – que obriga ao seguinte:

- ❖ Cálculo dos Fundos Disponíveis, ou seja, a média aritmética das receitas que têm carácter regular e permanente, obtidas nos três últimos anos, por trimestre.
- ❖ Cálculo dos Compromissos existentes, nomeadamente Planos de Pagamento ou Acordos de Regularização de Dívidas.
- ❖ Assumpção de compromissos para os quais haja fundos disponíveis no prazo máximo de 90 dias.
- ❖ Possibilidades de ser utilizado o Fundo de Regularização Municipal pelos Municípios que para ele contribuíram, com o único objectivo de pagar dívidas superiores a 90 dias.
- ❖ Alteração da Lei das Finanças Locais e da Lei Eleitoral Autárquica.

Está também em aberto a possibilidade de serem utilizadas verbas dos Fundos de Pensões da Banca para que o Estado conceda aos Municípios em dificuldades financeiras, verbas que permitam a consolidação de algumas dívidas de curto prazo e a renegociação de empréstimos bancários com juros mais baixos dos que estão a ser praticados pelo mercado.

Assim, a Câmara Municipal está a seguir atentamente todas as decisões do Governo que tenham implicações com as autarquias locais, em especial naquilo que diz respeito à consolidação orçamental e às medidas de correcção das injustiças que a actual lei das finanças locais ainda encerra, em especial no que se refere à justa repartição dos Impostos do Estado, que, como se sabe, prejudica seriamente Santa Comba Dão, quando se faz a comparação com concelhos vizinhos.

Quanto à actividade municipal, em 2012 iniciam-se as obras de Refuncionalização da Casa dos Arcos, tendo em vista melhorar as condições de atendimento e de utilização dos utentes. Aguarda-se, ainda, o visto do Tribunal de Contas para que se iniciem as obras da adaptação da ex – Escola Básica nº 1 de Santa Comba Dão, em Pólo de Empreendedorismo Social, projecto integrado na RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. Por outro lado, e depois de 5 anos de intenso trabalho e de procura de soluções para dar resposta adequada e específica a cidadão portadores de deficiência mental no nosso Concelho, encontra-se em fase de construção, na antiga escola EB1 de Vila Pouca, o Lar e CAO promovido pela APPACDM em parceria com o Município. Deve-se realçar que, para além da importante resposta a criar com vista à consolidação da nossa rede de respostas sociais no Concelho, esta estrutura criará 24 postos de trabalho, muitos deles qualificados (*para além das dinâmicas económicas indirectas que cria*) algo de extrema importância no enquadramento social em que vivemos. O ano de 2012, marcará o lançamento do canil e gatil

intermunicipal que conta com a participação de Carregal do Sal, Tábua e Oliveira do Hospital, aguardando-se a abertura de candidaturas aos fundos comunitários, pois o custo total estimado desta infra-estrutura rondará os 850.000 euros, ou seja, cerca de 215.000 euros por município.

No entanto, o grande objectivo do executivo, é a consolidação da situação financeira, o que obrigará a um enorme esforço de contenção e ainda maior controlo, de modo a que não sejam os cidadãos, já por si demasiado massacrados pela crise económica e financeira, a sofrer com a degradação dos serviços municipais.

Assim, é nosso propósito arrancar com uma operação de captação de possíveis investidores, em áreas prioritárias como turismo, novas tecnologias e economia social.

Tendo sempre em mente a difícil situação que vivemos, com o aumento do desemprego e consequente chegada de mais agregados a situações de grave carência económica e social, a Câmara Municipal, em articulação com a Rede Social Concelhia, continuará a envidar todos os esforços no sentido de combater este flagelo. Nem sempre fácil de descortinar, será da competência dos serviços municipais competentes continuarem a promover uma acção discreta e eficaz com vista a atingir resultados sem alarmismos sociais. As pessoas estarão, para nós, sempre em primeiro lugar e terão prioridade na intervenção Municipal.

A Câmara Municipal, que vê com grande preocupação as medidas de concentração de entidades públicas nos grandes centros, despovoando os pequenos concelhos e causando graves prejuízos à economia local, não deixará estar atenta aos sinais vindos do Governo Central, e tomará todas as posições que considerar adequadas para defender a manutenção, quer da repartição de finanças, quer dos serviços de segurança social, quer de quaisquer outros serviços do Estado que possam vir a ser deslocalizados.

Santa Comba Dão, 17 de Abril de 2012

O Presidente da Câmara Municipal

(João António de Sousa Pais Lourenço, Eng.º)

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2011, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflecte uma diminuição das receitas próprias e consequentemente a impossibilidade em atingir os valores previstos. A sobre dotação de algumas rubricas, nomeadamente de Rendimentos da Propriedade e Venda de Bens de Investimento, conduz a um grau de execução global baixo. Na tabela seguinte, verificam-se desvios relevantes nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2011				2010			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos directos	1.537.968,00	1.365.841,60	-172.126,40	88,81%	1.539.221,00	1.284.579,90	-254.641,10	83,46%
02	Impostos indirectos	74.989,00	77.885,22	2.896,22	103,86%	79.470,00	78.181,30	-1.288,70	98,38%
04	Taxas, multas e outras penalidades	215.085,00	271.656,38	56.571,38	126,30%	220.359,00	190.223,21	-30.135,79	86,32%
05	Rendimentos da propriedade	2.193.943,00	324.418,06	-1.869.524,94	14,79%	3.452.039,00	323.011,27	-3.129.027,73	9,36%
06	Transferências correntes	3.368.765,00	3.164.616,75	-204.148,25	93,94%	3.666.384,00	3.066.027,18	-600.356,82	83,63%
07	Venda de bens e serviços correntes	596.100,00	435.291,83	-160.808,17	73,02%	621.850,00	549.799,06	-72.050,94	88,41%
08	Outras receitas correntes	8.000,00	31.502,36	23.502,36	393,78%	12.000,00	93.291,33	81.291,33	777,43%
09	Venda de bens de investimento	3.939.728,00	60.175,00	-3.879.553,00	1,53%	3.800.000,00	774.400,25	-3.025.599,75	20,38%
10	Transferências de capital	4.340.082,00	1.986.181,00	-2.353.901,00	45,76%	5.980.729,00	2.380.239,32	-3.600.489,68	39,80%
12	Passivos financeiros	536.531,00	500.000,00	-36.531,00	93,19%	969.472,46	598.330,11	-371.142,35	61,72%
15	Reposições não abat. nos pagamentos	5,00	1.478,13	1.473,13	29562,60%	5,00	3.867,15	3.862,15	77343,00%
16	Saldo da gerência anterior	71.578,04	71.587,04	9,00	100,01%	150.618,92	150.618,92	0,00	100,00%
Total Receitas		16.882.774,04	8.290.633,37	-8.592.140,67	49,11%	20.492.148,38	9.492.569,00	-10.999.579,38	46,32%

O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2010 em 3,6 milhões de euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2011 foi de 49,11%

O município continua com uma taxa de execução do orçamento da receita baixo, tal como nos exercícios anteriores. O baixo grau de execução orçamental resulta da orçamentação da receita continuar condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga no exercício anterior, mas exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que influencia a projecção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores '*executados*' e valores '*pagos*', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa aumentou de 82,02% para 95,57% se considerarmos os valores '*executados*', e aumentou 46,08% para 49,35 % se considerarmos os valores '*pagos*'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2011						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	23.000,00	10.316,11	-12.683,89	44,85%	10.316,11	-12.683,89	44,85%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	1.500,00	247,93	-1.252,07	16,53%	247,93	-1.252,07	16,53%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.885.417,04	2.884.881,04	-536,00	99,98%	2.870.146,92	-15.270,12	99,47%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.913.877,00	3.900.108,46	-13.768,54	99,65%	1.763.290,24	-2.150.586,76	45,05%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	313.525,00	307.115,27	-6.409,73	97,96%	193.912,55	-119.612,45	61,85%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	417.000,00	417.000,00	0,00	100,00%	417.000,00	0,00	100,00%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	40.095,00	40.033,55	-61,45	99,85%	40.033,55	-61,45	99,85%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	7.348.446,00	7.135.662,95	-212.783,05	97,10%	1.759.203,48	-5.589.242,52	23,94%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	466.400,00	445.509,95	-20.890,05	95,52%	441.009,95	-25.390,05	94,56%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	1.500,00	1.500,00	0,00	100,00%	0,00	-1.500,00	0,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	472.014,00	471.830,17	-183,83	99,96%	444.226,86	-27.787,14	94,11%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.000.000,00	521.344,25	-478.655,75	52,13%	392.932,96	-607.067,04	39,29%
Total despesas		16.882.774,04	16.135.549,68	-747.224,36	95,57%	8.332.320,55	-8.550.453,49	49,35%

Rub.	Designação	2010						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	23.000,00	15.152,16	-7.847,84	65,88%	15.152,16	-7.847,84	65,88%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	3.000,00	247,93	-2.752,07	8,26%	0,00	-3.000,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	4.043.438,00	3.358.093,01	-685.344,99	83,05%	3.241.230,98	-802.207,02	80,16%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	4.401.601,92	3.966.118,07	-435.483,85	90,11%	2.038.447,52	-2.363.154,40	46,31%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	405.152,00	242.380,46	-162.771,54	59,82%	148.747,09	-256.404,91	36,71%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	343.000,00	337.968,84	-5.031,16	98,53%	337.968,84	-5.031,16	98,53%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	50.250,00	45.175,05	-5.074,95	89,90%	43.626,16	-6.623,84	86,82%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	9.417.984,00	7.299.570,68	-2.118.413,32	77,51%	2.117.686,93	-7.300.297,07	22,49%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	276.750,00	192.218,33	-84.531,67	69,46%	182.918,33	-93.831,67	66,10%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	3.000,00	0,00	-3.000,00	0,00%	0,00	-3.000,00	0,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	472.500,00	331.965,36	-140.534,64	70,26%	315.398,29	-157.101,71	66,75%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.052.472,46	1.018.991,70	-33.480,76	96,82%	1.001.348,26	-51.124,20	95,14%
Total despesas		20.492.148,38	16.807.881,59	-3.684.266,79	82,02%	9.442.524,56	-11.049.623,82	46,08%

Na estrutura da despesa, a análise efectuada a partir dos valores '*executados*' revela um aumento no respectivo grau de execução na ordem dos 13,55 %, contudo em termos de valores absolutos o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em cerca de 672 mil euros.

Considerando valores absolutos e continuando a considerar como referência os valores '*executados*' verificamos:

- Diminuição das despesas com pessoal, 14 %.
- Diminuição de aquisição de bens e serviços correntes, 2 %.
- Aumento das transferências correntes, 27 %.
- Aumento dos subsídios concedidos, 23 %.
- Diminuição outras despesas correntes, 11 %.

- Diminuição de aquisição de bens de capital, 2 %.
- Aumento das transferências de capital, 132 %.
- Aumento dos juros e outros encargos, 42 %.
- Diminuição passivos financeiros, 49 %.

As diminuições resultam da implementação de medidas de contenção de despesa, contudo verificamos acréscimo de despesa nas rubricas de transferências correntes e de capital, subsídios e juros e outros encargos.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental, tal como em exercícios anteriores, parte da estrutura de receitas/despesas correntes desequilibrada, apresentando assim valores negativos nos sucessivos exercícios, tendência que começa a ser contrariada e que mostra uma evolução positiva no exercício de 2011, devendo-se essencialmente ao comportamento da despesa que diminuiu cerca de 3,2% comparativamente ao exercício transacto. Também a receita teve um comportamento positivo com um aumento de cerca de 1,5%.

As despesas correntes de 2011 ascenderam a 8.031.532,53 euros, mostrando-se superiores em 42%, em relação às receitas correntes que totalizaram 5.585.113,25 euros.

O município, em 2011 não cumpriu com o princípio orçamental do equilíbrio, uma vez que as receitas correntes foram inferiores às despesas correntes.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	5.671.212,20 €	Receitas	5.585.113,25 €
Despesas	8.031.532,53 €	Despesas	8.297.100,88 €
Défice 2011	-2.360.320,33 €	Défice 2010	-2.711.987,63 €

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital, tal como nos resultados correntes, é também ele negativo, constituindo estes a maior parcela do deficit orçamental do Município à data de 31 de Dezembro de 2011. A execução dos investimentos no âmbito do QREN e o facto de existirem atrasos no recebimento das receitas que financiam os mesmos origina o agravamento do défice no exercício em análise. Assim, as receitas de capital, no exercício de 2011, cobrem as despesas de capital em 31,42%. Em 2010 este rácio foi de 44,10%.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	2.546.356,50 €	Receitas	3.752.969,68 €
Despesas	8.104.017,15 €	Despesas	8.510.780,71 €
Défice 2011	-5.557.660,65 €	Défice 2010	-4.757.811,03 €

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa permite identificar desvios significativos tanto em 2011 como nos exercícios transactos, concluindo-se que no futuro terão que ser traçadas metas que contrariem esta tendência. No final do exercício de 2010 aferiu-se um saldo negativo de 7.315.312,59 euros entre receitas e despesas, sendo este, no final do exercício de 2011, de 7.844.924,81 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	8.290.624,87	Receitas	9.492.569,00
Despesas	16.135.549,68	Despesas	16.807.881,59
Défice 2011	-7.844.924,81	Défice 2010	-7.315.312,59

Verificamos um decréscimo no valor das receitas na ordem dos 13%. Relativamente às despesas verificamos uma diminuição na ordem dos 4%.

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

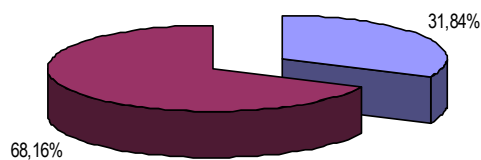
2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios, e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

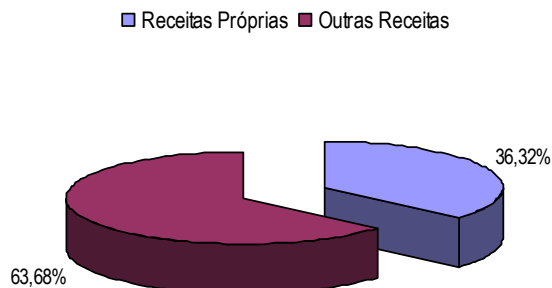
Designação	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	2.639.827,12 €	31,84%	3.447.972,39 €	36,32%
Outras Receitas	5.650.797,75 €	68,16%	6.044.596,61 €	63,68%
Total das Receitas	8.290.624,87 €	100,00%	9.492.569,00 €	100,00%

Total das Receitas 2011

■ Receitas Próprias
 ■ Outras Receitas



Total das Receitas 2010



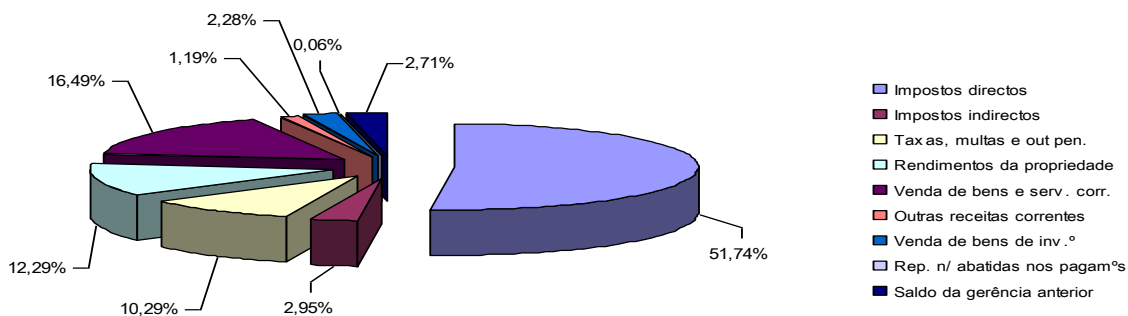
Em 2011 estas receitas corresponderam a 31,84% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de cobranças efectuadas depende de financiamentos externos à autarquia.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

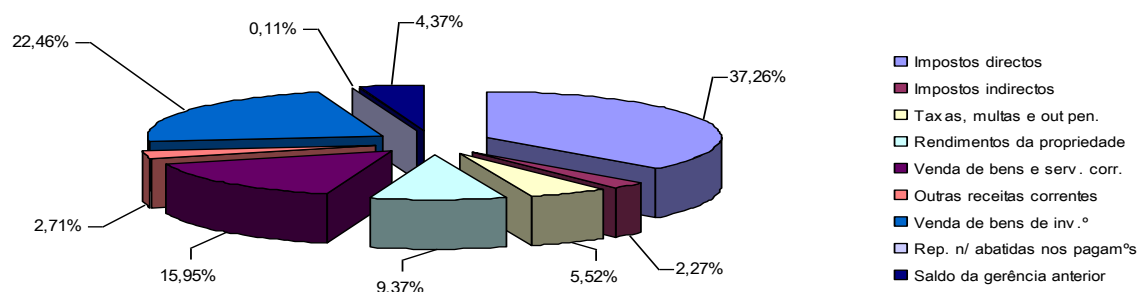
O comportamento geral das receitas próprias é negativo. Verifica-se, em 2011, um decréscimo de 4,48 pontos percentuais do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2010, com um decréscimo do seu valor absoluto em 808.145,27 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

Rub.	Designação	2011		2010	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos directos	1.365.841,60 €	51,74%	1.284.579,90 €	37,26%
02	Impostos indirectos	77.885,22 €	2,95%	78.181,30 €	2,27%
04	Taxas, multas e out pen.	271.656,38 €	10,29%	190.223,21 €	5,52%
05	Rendimentos da propriedade	324.418,06 €	12,29%	323.011,27 €	9,37%
07	Venda de bens e serv. corr.	435.291,83 €	16,49%	549.799,06 €	15,95%
08	Outras receitas correntes	31.502,36 €	1,19%	93.291,33 €	2,71%
09	Venda de bens de inv.º	60.175,50 €	2,28%	774.400,25 €	22,46%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	1.478,13 €	0,06%	3.867,15 €	0,11%
16	Saldo da gerência anterior	71.578,04 €	2,71%	150.618,92 €	4,37%
Total das receitas próprias		2.639.827,12 €	31,84%	3.447.972,39 €	36,32%
Total das receitas		8.290.624,87 €		9.492.569,00 €	

Evolução das Receitas Próprias 2011



Evolução das Receitas Próprias 2010



Contribui para esta diminuição, verificada no exercício de 2011, das receitas próprias a venda de bens e serviços correntes, a venda de bens de investimento e o saldo transitado da gerência anterior. Verificou-se aumento nas rubricas de impostos (directos e indirectos), taxas, multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade e na venda de bens e serviços correntes.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 16% da despesa total, representando um decréscimo de 5 pontos percentuais comparativamente ao exercício transacto.

Os impostos directos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 16% da totalidade da receita, verificando-se um acréscimo do peso destes na receita total.

Rácio	2011	2010
Receitas Próprias / Despesa Total	0,16	0,21
Receitas Próprias / Receita Total	0,32	0,36
Impostos Directos / Receita Total	0,16	0,14

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

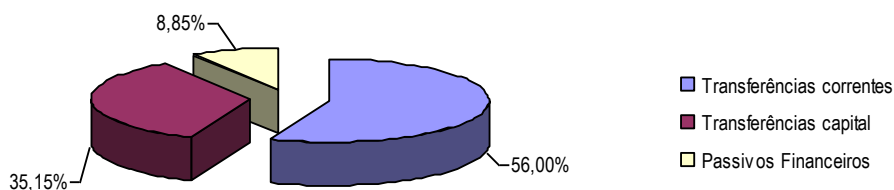
2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resulta da sua actividade directa são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 68,16% do total das receitas no exercício de 2011, pelo que comparativamente ao exercício transacto verificamos um acréscimo de 4,48 %.

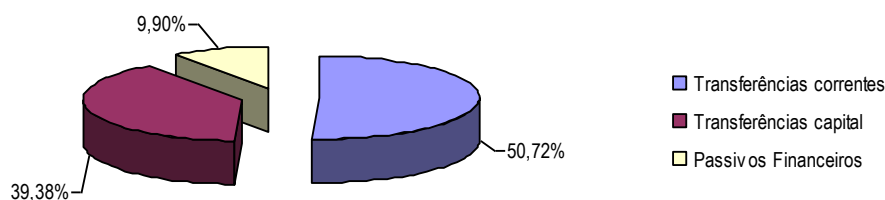
Financiamento não próprio	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	3.164.616,75 €	56,00%	3.066.027,18 €	80,72%
Transferências capital	1.986.181,00 €	35,15%	2.380.239,32 €	39,38%
Passivos Financeiros	500.000,00 €	8,85%	598.330,11 €	9,90%
Total financiamento não próprio	5.650.797,75 €	68,16%	6.044.596,61 €	63,68%
Total Receitas	8.290.624,87 €		9.492.569,00 €	

Podemos verificar, tal como o ocorrido no exercício de 2010, que no exercício em análise foram as transferências correntes que possuíram maior peso (56 %) verificando-se um aumento de 5,28 p.p., relativamente às transferências de capital podemos verificar um decréscimo na ordem dos 4,23 p.p., enquanto que os passivos financeiros decresceram aproximadamente 1 p.p.. Embora se tenha verificado um aumento nas transferências correntes, estas não contemplam o valor das retenções efectuadas pela Direcção Geral das Autarquias Locais de 10%, nas transferências mensais, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente e capital), relativo ao estipulado no n.º 4 do artigo 5º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais.

Financiamento Não Próprio 2011



Financiamento Não Próprio 2010



2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL) que estabelece as seguintes formas de participação:

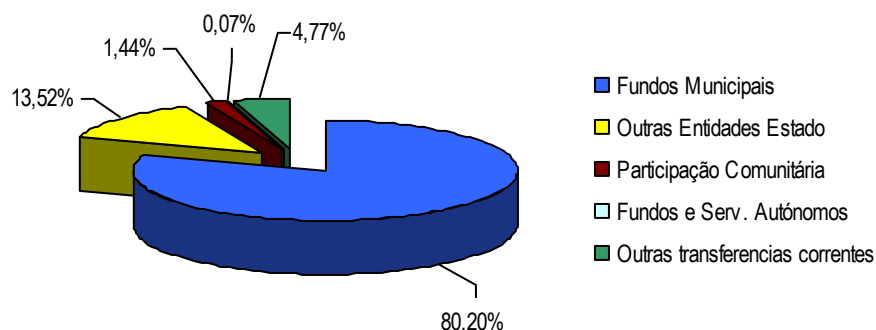
- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de financiamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM** – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (80,20%), quer de capital (68,26%).

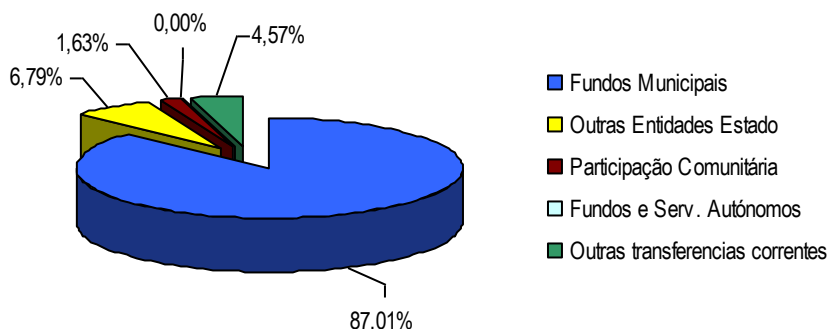
ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	2.537.999,00 €	80,20%	2.667.836,50 €	87,01%
Outras Entidades Estado	427.836,61 €	13,52%	208.313,73 €	6,58%
Participação Comunitária	45.608,79 €	1,44%	49.870,52 €	1,58%
Fundos e Serv. Autónomos	2.244,74 €	0,07%	0,00 €	0,00%
Outras transferências correntes	150.927,61 €	4,77%	140.006,43 €	4,42%
Total das Transferências Correntes	3.164.616,75 €	100,00%	3.066.027,18 €	100,00%

Transferências Correntes
2011



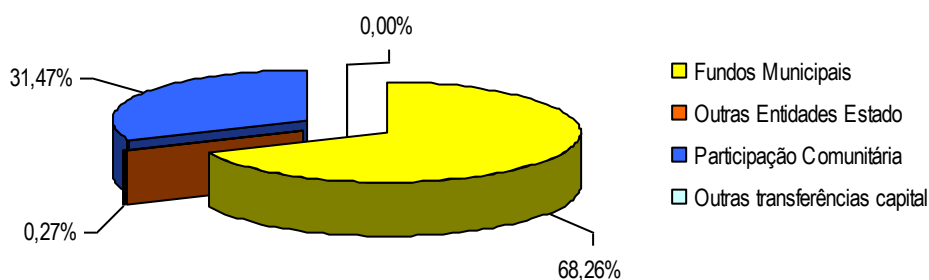
Transferências Correntes 2010



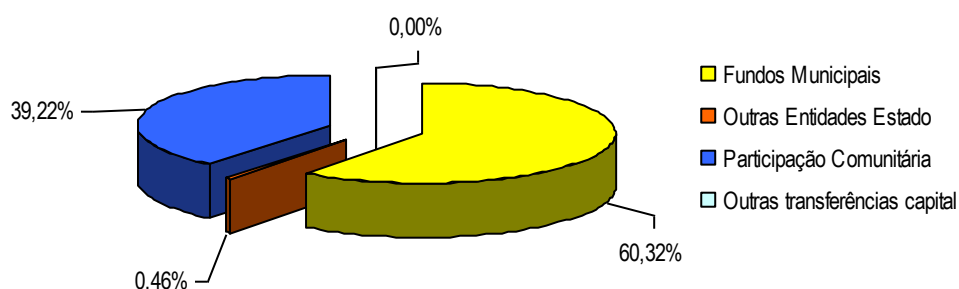
ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	1.355.804,00 €	68,26%	1.435.644,50 €	60,32%
Outras Entidades Estado	5.392,00 €	0,27%	11.000,00 €	0,46%
Participação Comunitária	624.985,00 €	31,47%	933.594,82 €	39,22%
Outras transferências capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total das Transferências Capital	1.986.181,00 €	100,00%	2.380.239,32 €	100,00%

Transferências de Capital 2011



Transferências de Capital 2010



No exercício de 2011, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	1.355.804,00 €	0,00 €	0,00 €	1.355.804,00 €
Corrente	2.130.550,00 €	207.012,00 €	200.437,00 €	2.537.999,00 €
Total	3.486.354,00 €	207.012,00 €	200.437,00 €	3.893.803,00 €

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2011, dos fundos municipais. Assinalamos o decréscimo de 5% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transacto.

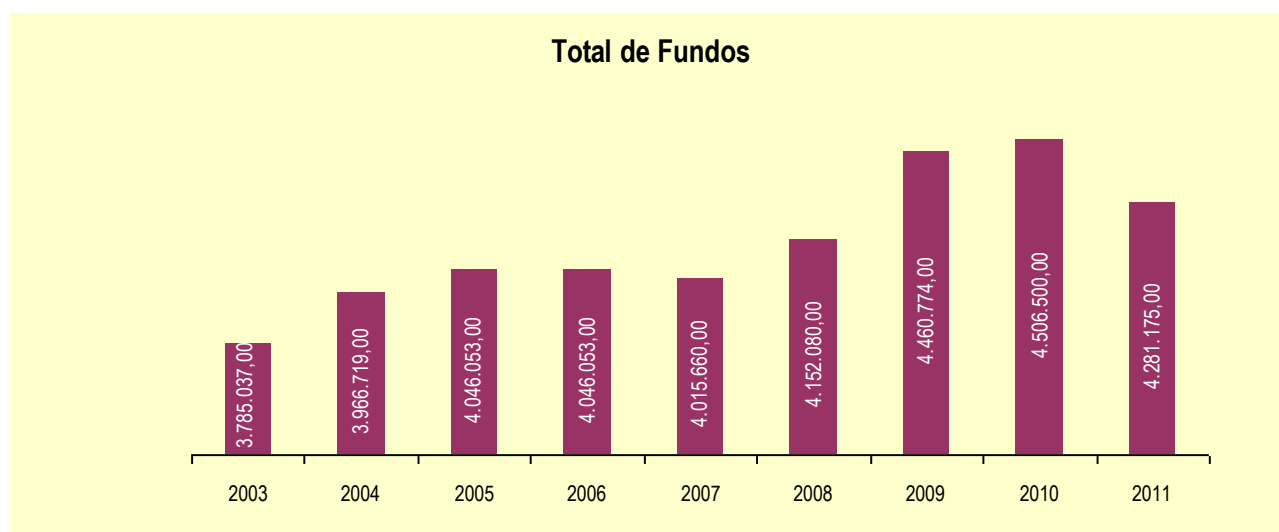
Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2003	3.785.037,00 €	-	
2004	3.966.719,00 €	4,80%	
2005	4.046.053,00 €	2,00%	
2006	4.046.053,00 €	0,00%	
2007	4.015.660,00 €	-0,75%	
2008	4.152.080,00 €	3,40%	
2009	4.460.774,00 €	7,43%	a)
2010	4.506.500,00 €	1,03%	b)
2011	4.281.175,00 €	-5,00%	c)

a) Valor constante do Mapa XIX, do Orçamento do Estado para 2009.

b) Valor constante do Mapa XIX, da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho.

c) Valor constante do Mapa XIX, da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro.

NOTA: Na realidade o município recebeu em 2011 3.893.803€ tendo sido retidos 397.372 € por violação dos limites de endividamento, situação que se repete desde 2009.



2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

O recurso da autarquia a fundos comunitários teve, em 2011, um decréscimo de aproximadamente 32 pontos percentuais face ao ano 2010. Como já verificado em 2010, a participação comunitária é especialmente notória em termos de capital: em 2011 o FEDER representou quase 100% do total das transferências de fundos comunitários. Salientamos que a análise é suportada por valores efectivamente recebidos em cada um dos exercícios.

	2011		2010		2009		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	624.985,00 €	93,20%	933.594,82 €	94,93%	152.059,00 €	91,41%	53.289,75 €	69,99%
Outros (*)	45.608,79 €	6,80%	49.870,52 €	5,07%	14.289,48 €	8,59%	22.853,84 €	30,01%
Total	670.593,79 €	100,00%	983.465,34 €	100,00%	166.348,48 €	100,00%	76.143,59 €	100,00%

(*) POPH

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), nomeadamente no estabelecido no seu Título IV – Endividamento Autárquico, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro de 2010 e respectiva alteração que lhe foi produzida pela Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2011:

		Descrição	2011
1		Capital em dívida de médio e longo prazo	13.066.281,00 €
2		Total do endividamento líquido	14.304.399,00 €
3		Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	1.175.122,00 €
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	1.293.094,76 €
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento MLP	123.859,74 €
4		Dívida à EDP 1988	
5	=1-3	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento	12.015.018,74 €
6	=2-3-4	Endividamento Líquido a considerar	14.422.371,76 €
7		Limite aos empréstimos m.l. prazo (nº2,art.39º,Lei 2/2007)	a) 11.128.911,00 €
8		Limite ao endividamento líquido (nº1,art.37º,Lei 2/2007)	a) 12.651.402,00 €
9		Limite aos empréstimos curto prazo (nº1,art.39º,Lei 2/2007)	536.531,79 €
		Limite de empréstimos de curto prazo	
10		Endividamento bancário curto prazo	450.000,00 €
11		Montante em excesso	
12		Margem para o limite	86.531,79 €
		Limite de empréstimos de médio e longo prazo	
13		Montante em excesso	1.009.967,48 €
14	=5-7	Margem para o limite	
		Limite de endividamento líquido	
14		Montante em excesso	3.064.064,52 €
15	=6-8	Margem para o limite	
16		Redução de endividamento imposta (10% excesso ano anterior)	10% 306.406,45 €
17		Redução/aumento estimada do endividamento	
18		Insuficiência de redução do endividamento	
19	=17-16	Margem para o limite de redução do endividamento	

a) Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010 e pela Lei n.º 60-A/2011

Os limites instituídos nos normativos legais nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Excesso do limite de empréstimos de médio e longo prazo 442.637,41
- Excesso do limite do endividamento líquido 1.911.762,05

Data	Limite ao Endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Contribuição AM, SM e SEL para End. Liq.	Contribuição AM, SM e SEL para End. MLP	Montante em excesso	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos				Líquido	Médio e longo prazos
	1	2	3		5	6	7	8=1-3+6	8=2-4+7
01-01-2011	12.651.402,00 €	11.128.911,00 €	14.529.010,00 €	12.984.339,76 €	1.275.448,32 €	-17.155,00 €	0,00 €	585.004,68 €	579.980,44 €
31-12-2011	12.651.402,00 €	11.128.911,00 €	14.438.664,50 €	12.616.280,88 €	1.168.595,21 €	1.293.094,76 €	123.859,74 €	1.911.762,05 €	442.634,41 €

(Valores em Euros)

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município agravou a sua situação face ao limite de endividamento líquido, e reduziu o excesso de endividamento de médio e longo prazo. Contribui para o agravamento do endividamento líquido a contribuição

da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e das Empresas Municipais. A redução do endividamento de médio e longo prazo foi na ordem dos 7,6%, não dando assim cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo 37º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

3. ANÁLISE DE ACTIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Actividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as actividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos. Acresce que a informação que o executivo presta à Assembleia Municipal em todas as reuniões ordinárias, é suficientemente explícita e permite aos membros da Assembleia aferir a dinâmica da Câmara Municipal seja ela consubstanciada em acções materiais ou imateriais.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Facturado em anos anteriores	4.699.113,19 €
Facturado no ano	1.533.001,42 €
Total.....	6.232.114,61 €
Pagamento de facturação do ano de anos anteriores	1.760.951,92 €

- Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Facturado em anos anteriores	1.090.626,05 €
Facturado no ano	2.280.726,18 €
Total.....	3.371.352,23 €
Pagamento de facturação do ano de anos anteriores	1.962.363,72 €

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2011		2010		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	370.733,05 €	4,78%	271.146,56 €	3,34%	99.586,49 €	36,73%
Impostos e taxas	1.589.301,15 €	20,48%	1.976.561,99 €	25,47%	-387.260,84 €	-19,59%
Variação da produção	0,00 €	0,00%		0,00%	0,00 €	nd
Trabalhos para a própria entidade		0,00%		0,00%	0,00 €	nd
Proveitos suplementares		0,00%		0,00%	0,00 €	nd
Transferências e subsídios obtidos	4.855.273,09 €	62,57%	5.133.541,23 €	66,15%	-278.268,14 €	-5,42%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	nd
Proveitos e ganhos financeiros	383.889,07 €	4,95%	441.414,20 €	5,69%	-57.525,13 €	-13,03%
Proveitos e ganhos extraordinários	560.700,43 €	7,23%	300.030,00 €	3,87%	260.670,43 €	86,88%
Proveitos Totais	7.759.896,79 €	100,00%	8.122.693,98 €	100,00%	-362.797,19 €	-4,47%

Observamos que 62,57% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2011		2010		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	152.149,57 €	1,38%	197.598,33 €	1,79%	-45.448,76 €	-23,00%
Fornecimentos e serviços externos	2.735.167,87 €	24,81%	2.690.787,04 €	24,41%	44.380,83 €	1,65%
Custos com o pessoal	2.677.510,39 €	24,29%	3.231.159,83 €	29,31%	-553.649,44 €	-17,13%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	628.232,63 €	5,70%	517.151,77 €	4,69%	111.080,86 €	21,48%
Amortizações do exercício	3.704.399,23 €	33,60%	3.692.049,35 €	33,49%	12.349,88 €	0,33%
Provisões do exercício	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	#DIV/0!
Outros custos e perdas operacionais	4.346,02 €	0,04%	12.151,58 €	0,11%	-7.805,56 €	-64,23%
Custos e perdas financeiros	453.213,32 €	4,11%	318.439,46 €	2,89%	134.773,86 €	42,32%
Custos e perdas extraordinários	670.147,32 €	6,08%	1.386.399,01 €	12,57%	-716.251,69 €	-51,66%
Custos Totais	11.025.166,35 €	100,00%	12.045.736,37 €	100,00%	-1.020.570,02 €	-8,47%

A rubrica de amortizações do exercício com 3.704.399,23 € e com um peso de 33,60% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspectiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o valor negativo de resultados líquidos dos exercícios. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, que no exercício de 2011 representam 24,81% e 24,29% dos custos totais, respectivamente.

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2011 e o exercício de 2010:

Rubricas	2011	2010
Resultados Operacionais	-3.086.498,42 €	-2.959.648,12 €
Resultados Financeiros	-69.324,25 €	122.974,74 €
Resultados Correntes	-3.155.822,67 €	-2.836.673,38 €
Resultados Extraordinários	-109.446,89 €	-1.086.369,01 €
Resultados Líquidos	-3.265.269,56 €	-3.923.042,39 €

Mantém-se a tendência de resultados negativos, também verificada nos exercícios anteriores, que se podem justificar com dificuldades que a autarquia tem em aumentar receitas próprias, assim como uma parte significativa dos custos que assume de carácter fixo/regular. De referir que o resultado negativo, se deve essencialmente, ao elevado montante das “amortizações” do exercício. Importa destacar, que o resultado Contabilístico registado no exercício, não tem reflexos nos Resultados financeiros apurados e, reflecte o montante expressivo dos Activos do Município e, a sua correspondente, depreciação anual, nos resultados líquidos dos diferentes exercícios.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2011	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	1.882.477,30 €	2.028.352,75	-145.875,45 €	-7,19%
Empréstimos concedidos			0,00 €	
Clientes, c/c			0,00 €	
Contribuintes, c/c			0,00 €	
Utentes, c/c	209.040,91 €	207.844,71	1.196,20 €	0,58%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43 €	310,43	0,00 €	
Adiantamentos a fornecedores			0,00 €	
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00 €	
Estado e outros entes públicos		983,11	-983,11 €	-100,00%
Administração autárquica	53.988,26 €	53.988,26	0,00 €	
Outros devedores	1.619.137,70 €	1.765.226,24	-146.088,54 €	-8,28%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00 €	0,00	0,00 €	
Total da Dívida de Terceiros	1.882.477,30 €	2.028.352,75	-145.875,45 €	-7,19%

Verifica-se um decréscimo da dívida de terceiros no exercício de 2011 em comparação com igual período do exercício anterior, tendo

resultado essencialmente de valores recebidos pela participação em projectos co-financiados.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2011	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	7.405.877,67 €	6.866.975,24 €	538.902,43 €	7,85%
Empréstimos a curto prazo	450.000,00 €	0,00 €	450.000,00 €	
Adiantamentos por conta de vendas			0,00 €	
Fornecedores c/c	1.523.296,21 €	1.337.173,96 €	186.122,25 €	13,92%
Fornecedores - Facturas em recep e conferência			0,00 €	
Clientes e utentes c/cauções	925,94 €	970,82 €	-44,88 €	-4,62%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0,00 €	
Fornecedores de imobilizado c/c	729.536,02 €	2.474.346,85 €	-1.744.810,83 €	-70,52%
Estado e outros entes públicos	38.906,10 €	40.430,68 €	-1.524,58 €	-3,77%
Administração autárquica	14.527,72 €	20.216,80 €	-5.689,08 €	-28,14%
Outros credores	4.648.685,68 €	2.993.836,13 €	1.654.849,55 €	55,28%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	12.616.280,88 €	12.984.339,76 €	-368.058,88 €	-2,83%
Dívidas a instituições de crédito	12.616.280,88 €	12.984.339,76 €	-368.058,88 €	-2,83%
Total da Dívida a Terceiros	20.022.158,55 €	19.851.315,00 €	170.843,55 €	0,86%

No final de 2011, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 7.405.877,67€, superiores em relação ao ano anterior na ordem dos 7,85%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívida cujos pagamentos estão a ser efectuados em prestações mensais e ao valor em dívida à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativamente a empréstimos.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, integralmente respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 2,83% em relação a 2010, devendo-se este decréscimo à não contracção de novos empréstimos e à amortização dos contraídos em exercícios anteriores.

Saliente-se que o aumento da dívida a terceiros resultou de uma menor arrecadação de receitas, já que, como se pode constatar, a despesa no ano diminuiu significativamente relativamente a 2010.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 3.265.269,56 euros (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- **Transferência para Resultados Transitados** **-3.265.269,56 €**